

ABORDAGEM DA SEXUALIDADE NA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Micaela Gomes de Jesus¹

Maria Cecilia Martínez Amaro Freitas²

Resumo

Apesar da sexualidade pertencer ao ser humano desde o seu nascimento, ela ainda é considerada um tabu dentro da sociedade, sendo assim torna-se importante instigar o debate no ambiente escolar e na sociedade. Visa compreender a importância da abordagem da sexualidade na escola, com foco no ensino fundamental II. Inicialmente aborda-se o direcionamento do tema pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum curricular, logo discute os efeitos da sexualidade em crianças e adolescentes pode interferir para crianças e sociedade e por fim trata da necessidade de se abordar a sexualidade no ensino fundamental II. O estudo qualitativo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica e permitiu compreender como ainda a temática precisa ser discutida no âmbito escolar, visto que mesmo os docentes ainda enfrentam dificuldades para lidar com o assunto. Percebe-se a necessidade de capacitar melhor os professores para tratar do assunto de forma que possa trazer clareza, segurança, cuidado com o corpo, bem como desenvolver e/ou reforçar a autoestima do jovem.

Palavras-chave: Orientação sexual. Sexualidade. Ambiente escolar.

INTRODUÇÃO

A sexualidade ao longo da história tem se mostrado um tema delicado de abordar nos mais diferentes âmbitos. Pais e professores encontram, muitas vezes, dificuldades em falar sobre o assunto, por não saber como lidar com essa temática. Considera-se a escola um dos lugares apropriados para abordar essa questão, visto que ela desempenha, entre seus vários papéis, o de informar, formar, despertar consciências, propor reflexões, apresentando olhares sobre questões que talvez, fora desse contexto o educando não teria acesso.

¹ Acadêmica graduanda do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA; 2020-1

² Mestre em Linguística Aplicada. Professora do ISE/UniEVANGÉLICA, Orientadora da Pesquisa

Ao observar o contexto histórico, Foucault (1998) apud (MARTINS; CASTRO, 2016, p.62) destaca o silenciamento da sociedade sobre a sexualidade por centenas de anos, o que potencializa a inibição atual para a naturalização da abordagem deste tema em qualquer espaço. Para o autor é importante a inserção desta temática em diversos espaços, principalmente, nas instituições de ensino, objetivando investigar o respeito ao próximo e a construção de ambientes democráticos. Desta forma, pretende-se também garantir o respeito à diversidade sexual, que apresenta urgência da abordagem na contemporaneidade.

Reconhece-se que o nível de acesso às informações atualmente é imenso, entretanto, simplesmente ter acesso a elas, não prescinde de orientações em como e onde buscá-las e como transformá-las em conhecimento significativo. A orientação sexual na escola desempenha papel muito importante, pois auxilia o educando não só a informações confiáveis, bem como a reflexão acerca dos aspectos que envolvem a sua sexualidade.

Autores como Teles (1992 p.5) defendem que a educação sexual na escola deve ter autenticidade, lidando com o combate aos preconceitos e possibilitando discussões das emoções.

Sendo assim, por se tratar de um tema extremamente significativo, este estudo qualitativo, de cunho bibliográfico, visa compreender a importância da abordagem da sexualidade na escola, com foco no ensino fundamental II. Inicialmente aborda-se o direcionamento do tema pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum curricular, logo discute os efeitos da sexualidade em crianças e adolescentes pode interferir para crianças e sociedade e por fim trata da necessidade de se abordar a sexualidade no ensino fundamental II.

1. A sexualidade nos PCN e na BNCC

Para compreender-se como a sexualidade é orientada em âmbito escolar, decidiu-se recorrer a dois importantes documentos legais que nortearam e norteiam a atual educação no país, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências e Orientação Sexual – PCN -(1998) e a Base Nacional Comum Curricular (2016).

A explanação, primeiramente, far-se-á referente aos PCN por tratar-se do documento que norteou as práticas escolares por duas décadas e ainda se encontra sedimentado nas ações escolares.

O trabalho de orientação sexual proposto por este documento compreende a ação da escola como complementar à educação ofertada pela família, não competindo à escola julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece (BRASIL, 1998, p.304).

Segundo o referido documento, o trabalho sistematizado de orientação sexual dentro da escola tem o foco de promover a saúde da criança e do adolescente, promovendo ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS de forma mais eficaz (BRASIL, 1998, p.292). Concorda-se com que informar não é o suficiente, é preciso uma intervenção educativa continuada. Nesse sentido, o trabalho de orientação sexual contribui também para prevenção de problemas mais graves como abuso sexual e a gravidez indesejada.

O termo “orientação sexual” é utilizado para se referir a um trabalho planejado, organizado, sistematizado, com tempo e objetivo limitados por um profissional especializado (REIS, RIBEIRO, 1989).

Já Vitiello (1995) se refere à educação sexual como um conjunto de informação, orientação e aconselhamento que não se limita a mera informação; mas a formação do sujeito. Este autor nos esclarece

Informar é uma atividade de ensino, de instrução, e não de educação, ao menos enquanto a informação for passada isoladamente. Já a orientação implica num mecanismo mais elaborado, segundo o qual, baseando-se em sua experiência e em seus conhecimentos, o orientador irá ajudar o orientando a analisar diferentes opções disponíveis, tornando-o assim apto a descobrir novos caminhos. Aconselhar, por outro lado, consiste em auxiliar o aconselhando a decidir-se por um ou vários dos possíveis caminhos que ele próprio já conhece, em outras palavras, aconselhar significa "ajudar a decidir". Educar, finalmente, embora possa passar por informar, por orientar e por aconselhar, é mais do que a soma dessas partes isoladas. Educar, no sentido mais amplo, significa formar, não na acepção de que o educando seja uma cópia do educador, mas sim na de que o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente (VITIELLO, 1995, p.18).

Observando esses dois conceitos que os autores trazem, compreende-se que a sexualidade desempenha importante papel no desenvolvimento do indivíduo, pois independente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer,

necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, a sexualidade se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. A proposta da Orientação Sexual dos PCN é considerar a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural (BRASIL, 1998 p.296).

Aponta-se também que a sexualidade é abordada no espaço privado de forma explícita ou implícita, de acordo com as crenças familiares. Entretanto, cabe a escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de autoreferência por meio da reflexão. O trabalho de Orientação Sexual não substitui nem concorre com a função da família, mas o complementa. Deve se nortear pelas questões que pertencem à ordem do que pode ser aprendido socialmente, preservando assim a vivência singular das infinitas possibilidades da sexualidade humana, pertinente à ordem do que pode ser prazerosamente aprendido, descoberto ou inventado no espaço da privacidade de cada um (BRASIL, 1998, p. 299).

De acordo com o PCN de Ciências, os conteúdos dos terceiros e quartos ciclos do ensino fundamental do 5º ao 8º ano se organizam em três eixos: 1) corpo: matriz da sexualidade, 2) relação de gênero, 3) prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids. Os eixos foram definidos a partir da necessidade de trabalhar cada conteúdo de cada área, de forma que garanta a informação da sexualidade (BRASIL,1998, p.316). A abordagem deve ir além das informações sobre anatomia e funcionamento, pois os órgãos não existiriam fora de um corpo que pulsa e sente. Ao abordar o tema, deve-se favorecer a autoestima dos adolescentes, dada a importância do corpo na identidade pessoal. Trabalhar também as questões fundamentais de como cuidar do próprio corpo, respeitando seus aspectos físicos e psicológico, auxiliando os alunos a construir uma postura crítica.

Na disciplina de Ciências Naturais aborda-se o corpo e sua anatomia interna e externa, e incluindo o fato de que os sentimentos, as emoções e o pensamento se produzem a partir dele, devem ser abordadas com cuidado as transformações do corpo na puberdade, os mecanismos da concepção, gravidez e parto e métodos contraceptivos e suas ações no corpo do homem e da mulher (BRASIL, 1998, p. 316).

No terceiro e quarto ciclos, em que os alunos possuem idade entre 10 e 13 anos, o trabalho inclui e tematiza a potencialidade erótica do corpo, a partir da puberdade e das transformações hormonais. Nesse sentido, a escola deve fornecer informações sobre a importância de cuidar do próprio corpo da saúde sexual e os cuidados necessários, os métodos contraceptivos deve se discutir como, quando e porque se prevenir para não ter filhos, se não souberem esclarecer sobre esses métodos, não fará muito sentindo aos jovens (BRASIL, 1998, p.320).

Para trabalhar a orientação sexual pode ser um profissional ou um professor de qualquer matéria. O importante é que seja alguém que tenha bom contato com os alunos e seja capaz de conduzir debates sem impor suas opiniões, ou seja, tem que saber separar o pessoal do profissional (BRASIL, 1998, p.331).

Assim sendo, o educador pode utilizar vários métodos para trabalhar o tema, sempre tomando cuidado para não expor nenhuma criança, deve também tomar cuidado para não repetir o conteúdo já abordado, pois os alunos tem várias curiosidades (BRASIL, 1998, p.321).

Entende-se que o corpo expressa e carrega consigo não somente características e físicas e biológicas, mas também marcas de pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade. O corpo é e revela nossa singularidade, nossa identidade pessoal e social. Com o corpo – por meio do olhar, do tato, da audição, do paladar, do olfato, das sensações, da postura, da mímica, dos movimentos impulsivos ou coordenados, dos gestos - as crianças, desde bebês, exploram o mundo, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural (BRASIL,1998, p.70).

Os/as estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental II, com idade entre 10 a 13 anos, inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, os/as estudantes modificam os vínculos sociais e os laços afetivos, “intensificando suas relações com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero,

acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios” (BRASIL, 2013, p.110). (p.321).

Os PCN explicitam que a abordagem da sexualidade no ambiente escolar, deve ser feita de maneira clara para alunos, professores, sociedade e famílias, deixando bem claro que a primeira educação sexual advém de casa. Deve também ser trabalhada transversalmente perpassando todas as disciplinas e o educador deve contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com responsabilidade, preservando a saúde e o bem-estar.

Após tantos anos os PCN nortearem as ações dos professores em relação à educação, em 2016 surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica.

Na segunda versão da BNCC de 2016 explicita-se que (2016, p.34.)

“as crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos da Educação Básica têm o direito: ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer”.

Embora apresente-se esse leque variado de direitos e o respeito à orientação sexual, o referido documento não apresenta como a temática da sexualidade deve ser abordado no início do terceiro ciclo do Ensino Fundamental II, ela apenas menciona, a abordagem a partir do oitavo ano, ela aborda temas referentes à sexualidade, mecanismos reprodutivos, puberdade, gravidez e infecções sexualmente transmissível.

2. A sexualidade na escola: suas origens e efeitos em crianças e adolescentes

O tema sexualidade, durante muito tempo, foi considerado um enorme tabu. Entretanto, a discussão sobre a inclusão do tema educação sexual na escola não é novidade, principalmente quando se pensa na questão da sexualidade humana. Entretanto, é conveniente nos remeter a alguns fatos e datas significativas pelas quais passou esta importante abordagem (SANTANA, 2006, p.12).

Quando se trata de orientação sexual, devemos relacionar com a repressão sexual e com o estudo do sexo, pois a necessidade da educação sexual surge basicamente em função da repressão estabelecida pela cultura e pela sociedade (RIBEIRO 1990, p.5).

Sabe-se pouco sobre "começo" da sexualidade na escola, porém alguns estudiosos apontam para o seu surgimento na França, a partir da segunda metade do século XVIII. A partir desse período a chamada Educação Sexual começou a incomodar os educadores. Ela tinha como finalidade maior combater o autoerotismo, tendo base as ideias de Rousseau, para quem a ignorância era a melhor forma de manter a pureza infantil. (BARROSO & BRUSCHINI 1983; SAYÃO, 1997). No século XIX, retomam-se as discussões acerca da abordagem da sexualidade nas escolas, preocupadas agora com as doenças venéreas, a degenerescência das raças e o aumento do aborto clandestino (SANTANA 2006, p.13).

No Brasil, informa Sayão (AQUINO, 1997 p. 108), os primeiros registros de discussões sobre a Educação Sexual na escola datam do início do século passado, mais precisamente em 1920. É nessa época que surgem as primeiras preocupações com a Educação Sexual no país. Influenciada pelas correntes médicas e higienistas, em evidência na França, essa educação igualmente tinha como objetivo combater o autoerotismo, as doenças venéreas, bem como o preparo da mulher para exercer o papel de esposa e mãe, visando sempre à "saúde pública" e à "moral sadia," procurando assegurar a saudável reprodução da espécie (SANTANA 2006, p.13).

Segundo Sayão (1997) de 1935 até 1950, não se tem conhecimento de trabalhos ou iniciativas ligadas à sexualidade. O que resultou em um verdadeiro recuo na trajetória da Educação Sexual no Brasil, pois esses quinze anos não foram suficientes para que evoluíssem o pensar e as ideias a respeito da sexualidade (SANTANA 2006, p.14).

Sayão (1997) revela que, em São Paulo, de 1954 a 1970, o Serviço de Saúde Pública do Departamento de Assistência ao Escolar ofereceu aulas de Orientação Sexual às meninas que faziam a quarta série primária. Além disso, educadores sanitários e professores davam informações sobre as transformações da puberdade. Contudo, grandes partes dessas iniciativas foram abortadas em função da ideologia moralista defendida pelo golpe militar de 1964, ocasionando o fechamento do programa pela

Secretaria de Educação, que sofria a influência repressiva de uma política natalista (SANTANA 2006, p.14).

A década de 1980 foi pródiga na veiculação de questões ligadas à Educação Sexual. A abertura política pela qual passou o Brasil trouxe significativas implicações no campo da sexualidade. Enquanto o povo fazia reivindicações políticas, escolhia seus representantes políticos e saía às ruas gritando “Diretas Já”, as revistas “eróticas” publicavam fotos de mulheres e homens nus, até pouco tempo proibido. Surgiram, também, enciclopédias e fascículos vendidos em bancas de jornal, todos destinados a responder a questões sobre sexo. Essa década trouxe novas condutas, onde preconceitos foram questionados, tabus foram “derrubadas” e sólidas tradições conservadoras foram abaladas (SANTANA 2006, p.15).

Guimarães (1995) revela que é nesse início de década (1980), que a sexóloga Marta Suplicy faz um quadro, no programa TV Mulher, falando sobre sexo. Esse quadro trouxe várias repercussões em escolas, universidades e na sociedade em geral, ressurgindo o interesse pelo tema (SANTANA 2006, p.16).

De acordo com os PCN (BRASIL, 1997,p.111), apenas em meados dos anos 1980, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumenta e começa a preocupar os educadores, em virtude do grande número de gravidez precoce, entre adolescentes, do aparecimento da AIDS, entre os jovens.

Dos anos de 1990 até hoje, muitas discussões vêm sendo elaboradas com o objetivo de auxiliar os educadores a debater a sexualidade na escola. Entretanto, as redes de ensino (pública e privada) ainda tropeçam na decisão do Conselho Nacional de Educação que lhes faculta a possibilidade de ministrar “cursos” de Orientação Sexual aos alunos (SANTANA 2006, p.16).

A situação atual expressa claramente a necessidade da Orientação Sexual na escola, abordada de forma clara e coerente, com professores preparados para atuar num campo delicado e repleto de questionamento.

Se antigamente não se permitia falar em sexo porque era motivo de pecado, sujeira e vergonha, atualmente o quadro para crianças e adolescentes é outro, pois o acesso às informações e desinformações é muito grande, contudo, ainda não é tratado com naturalidade (RIBEIRO 1990, p.16).

Percebe-se que a sexualidade está sempre regulamentada em algum grau pela sociedade e essa regulamentação está sujeita a mudanças histórica, demográficas, culturais e econômicas. Dessa forma, as mudanças são difíceis de serem controladas, e a sociedade está cada vez mais permissiva, acarretando precocidade no despertar da sexualidade (LOPÉS, FUERTES 1992, p.13)

Nesse contexto, a criança e o jovem estão cada vez mais expostos a erotização precoce por meio da mídia (propagandas, filmes, novelas que explicitam namoros e relações sexuais precoces), músicas insinuantes estimulam o ato sexual em si e a depreciação do corpo, figurinos que incitam a sedução, dentre outros. Todas estas formas de comunicação reforçam comportamentos precoces de expressão da sexualidade na infância, provocando prejuízos no desenvolvimento saudável de crianças e, conseqüentemente, de adolescentes e de adultos (LOPÉS, FUERTES 1992, p.13).

Assim, verifica-se que as crianças têm sido expostas a conteúdos distorcidos em relação à sexualidade, sendo que, muitas vezes, não se encontram em condições emocionais para entendê-los e vivenciá-los. Nesse sentido, cabe à escola romper com tais práticas, valorizando nas crianças ações e comportamentos próprios de sua faixa etária, orientando-as a conhecer e a preservar seu próprio corpo, exercendo a sua sexualidade de forma plena e respeitosa. É necessário levar em consideração os problemas educacionais do país e a própria ideologia do ensino, com uma visão mais preocupada em levar informações do conhecimento teórico, conceitos e definições do que contribuir para sua formação global, crítica e criativa (RIBEIRO, p.31)

Diante do exposto, observa-se ainda uma concepção negativa da própria sociedade em relação à questão sexual, e esta, quando mal conduzida pode trazer conseqüências negativas e conflitos na vida do indivíduo.

Sendo assim, é importante para criança e ao adolescente contarem com um espaço em que se lhes ofereça orientação segura sobre como compreender a sexualidade. A falta de informações ou a “desinformação” pode ter várias conseqüências sendo eles, abuso sexual, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, e sobre como cuidar do próprio corpo e as higiênes adequadas.

Essas desinformações acontecem, muitas vezes pelo ocultamento de instrução das próprias famílias, nesse sentido, a escola assume grande responsabilidade de

trabalhar a conscientização nos alunos, levando-os a pensar e repensar sobre si mesmos, seu corpo e sua sexualidade, para assim auxiliar no desenvolvimento de uma sociedade mais informada e preparada para a formação de indivíduos emocionalmente saudáveis.

3. A abordagem do tema sexualidade no ensino fundamental II

Entende-se que a escola é o lugar apropriado para falar sobre sexualidade, visto que muitos pais não orientam devidamente seus filhos, por medo ou vergonha desse assunto, e se as crianças e jovens não tiverem a devida orientação podem ser vítimas de problemas ou conflitos que podem reverberar pela vida adulta.

Incluir Educação Sexual na escola, logo no Ensino Fundamental II, é importante, pois a sexualidade é irreversivelmente constitutiva do humano, onipresente e nem sempre onisciente, e, no entanto, ela vai permear as ações cotidianas de professores e alunos (DRIVER, 2004, p. 5).

A sexualidade humana deve ser compreendida pelos alunos nas suas dimensões biológica, psicológica, cultural e social, e é preciso preocupar-se com a forma (aspectos cognitivos) como essas dimensões são apreendidas significativamente pelos alunos.

Os conhecimentos sobre a sexualidade, são construídos por indivíduos que se engajam socialmente em conversas e atividades sobre tarefas ou problemas em comum”. Assim sendo, os alunos constroem suas próprias concepções sobre a sexualidade humana com base não somente na educação que receberam dos pais, da família e do grupo social e da mídia, mas sim apreciam o conhecimento e a compreensão científica da sexualidade, podendo tirar suas próprias conclusões. Tirar conclusões é “um processo dialógico (relativo ao diálogo) entre as pessoas presentes na conversa, e aprender é visto como a maneira pela qual indivíduos são introduzidos à cultura pelos membros mais capacitados. (DRIVER, 2004, p. 5).

Um dos grandes intuítos de discutir sexualidade na escola de forma clara e coerente, deve-se ao alto índice de gravidez na adolescência e de doenças sexualmente transmissíveis por falta de cuidados com o próprio corpo. Discute-se também a questão do preconceito e do respeito ao indivíduo, independente de orientação de gênero (JARDIM, 2006).

Dentre as vulnerabilidades da adolescência moderna podemos citar o desenvolvimento sexual como um tema de extrema importância para estudo com vista aos problemas que este assunto tem levantado, como a gravidez precoce e a transmissão de DST e do HIV. Diante desta realidade, observa-se a educação com vista à prevenção. E ao se falar em Educação Sexual, o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS) a define como “todo o processo informal pelo qual aprendemos sobre a sexualidade ao longo da vida, seja através da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia”, enquanto define Orientação Sexual como “processo de intervenção sistemática na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas” (JARDIM, 2006, p.157).

Neste sentido, a família, a sociedade e a escola são as instituições básicas para o desenvolvimento das ações educativas, ajudando o adolescente a enfrentar as situações de risco muitas das quais por ele mesmo geradas (JARDIM, 2006).

Considerando a orientação sexual como fator essencial ao desenvolvimento seguro da sexualidade na adolescência, e tendo a escola como cenário propício a este trabalho e o professor como peça chave para sua execução. Apresenta-se a pesquisa realizada por Dulcilene Pereira Jardim, entre janeiro e setembro de 2005, na rede pública de ensino do Município de Jandira (SP). A mesma buscou identificar o conhecimento e a prática dos professores pesquisados sobre orientação sexual, bem como dimensionar o nível de dificuldade dos mesmos ao lidar com a sexualidade dos seus alunos (JARDIM, 2006).

A amostra foi composta por 100 professores de 7 escolas, com idade média de 34 anos. Destes 68% eram mulheres e 32% homens. Quanto ao estado civil, 27% eram solteiros, 55% casados, e 17% divorciados, sendo de 2 a média de filhos, e 21% dos professores tinham algum filho na adolescência. (JARDIM, 2006).

Considerando a escola neste contexto privilegiado, apenas 36% dos professores referiram que a sua escola já desenvolveu alguma atividade em orientação sexual, sendo que 14% delas restritas a palestras isoladas realizadas por convidados (JARDIM, 2006).

Quando se tratou de orientação sexual na escola as opiniões foram divergentes quanto a se tratar do tema apenas nos conteúdos programáticos (nas aulas de Ciências e Biologia) ou como um tema transversal, permeando todas as disciplinas do currículo

escolar. Nos PCN do MEC a orientação sexual está incorporada como tema transversal além de indicada a pertinência do espaço específico para a temática da sexualidade (JARDIM, 2006).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2000, p.123) refere-se que

O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. O professor deve entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual.

Sabemos que o professor por ser um educador ele pode fazer a abordagem da orientação sexual em sala de aula, pois se trata de um tema transversal, e sendo assim quando se trata da sexualidade humana e importante que ela seja abordada com qualidade, para que assim os estudantes tenham um bom entendimento da sua sexualidade e acaba se livrando de tabus e preconceitos e até mesmo prevenindo para doenças.

Concordando-se com a importância da orientação sexual na escola, os professores foram questionados quanto à idade ideal para começá-la. Dentre as maiores porcentagens, o início da orientação sexual para 16% dos professores deve ser entre os 07 e 09 anos. Para 23%, a orientação deve começar entre os 09 e 11 anos, sendo os 10 anos o marco para se iniciar a orientação, idade qual para a OMS (Organização Mundial da Saúde) dá-se início à adolescência. Ainda para 13% deve-se começar a se falar em sexualidade entre os 11 e 13 anos (JARDIM, 2006).

Quanto aos assuntos que deveriam ser abordados na escola, 43% acham que devem ser discutidos todos os assuntos que envolvem a sexualidade; 38% acham que deve ser falado apenas sobre a gravidez na adolescência e os métodos contraceptivos; para 30% deve ser dito sobre as DST e suas formas de prevenção; 5% acham importante falar sobre autoestima, valores e responsabilidades relacionadas ao exercício da sexualidade; 3% falariam sobre a família e o casamento, e 1% acha importante dar noções de higiene pessoal (JARDIM, 2006).

Observa-se que as discussões em sexualidade ainda estão muito restritas a prevenção da gravidez e das DST. Claro que estas são de grande importância, mas, os adolescentes precisam saber muito mais do que os métodos contraceptivos, mas também como negociar o seu uso, baseados em uma valorização pessoal e senso de responsabilidade individual e coletiva (JARDIM, 2006).

Todos os assuntos relacionados à sexualidade devem ser abordados e com qualidade sexual para o adolescente é de grande importância para orientação e conscientização dos alunos preparando-os para a vida. Uma parcela expressiva dos professores acredita que ela deve começar logo quando a criança ingressa efetivamente na escola, o que com certeza teria um caráter mais preventivo e facilitaria o trabalho nas séries subsequentes, mas muitos ainda a adiariam ao máximo possível talvez para fugir à responsabilidade de colaborar com esta educação (JARDIM, 2006).

A sexualidade na escola deve ser trabalhada transversalmente em todas as disciplinas do currículo escolar, com professores devidamente preparados para esta função em uma metodologia participativa, com base na manifestação do próprio adolescente (JARDIM, 2006).

A orientação sexual deve começar quando a criança entra na escola e se desenvolver ao longo de toda a vida escolar. Para o GTPOS, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental esse trabalho é transversalizado com base na observação e na demanda das crianças, dispensando um espaço específico. Do 6º ano em diante, a transversalidade não dispensa mais a existência de um espaço específico para trabalhar com a sexualidade (JARDIM, 2006).

Completando esta questão é importante salientar que, cada faixa etária possui características próprias que devem ser levadas em consideração para se garantir a compreensão das mensagens que serão passadas, buscando sempre uma vinculação entre o conteúdo e a vida cotidiana do aprendiz (JARDIM, 2006).

O professor deveria estar preparado para polemizar, lidar com valores, tabus e preconceitos, mas, continuam sem subsídios adequados para trabalhar essas questões e acabam dando a elas enfoque totalmente biológico com a função de preservar o educador frente aos alunos com relação aos seus próprios questionamentos, receios e ansiedades (JARDIM, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que a orientação sexual tem se tornado de grande importância para a vida do indivíduo, pois ela será construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura. Ao fazer esta abordagem da sexualidade, percebeu-se que a formação do indivíduo vem sendo permeada por muitos preconceitos, medos e tabus, e que por muitas vezes são produzidos pela própria família e, até mesmo, por professores.

Verifica-se que mesmo a escola sendo um ambiente mais propício para se falar em orientação sexual, a temática ainda é considerada um tema polêmico, pois ainda existe muito pudor em abordá-lo. Há muito o que avançar. Por falta de informações adequadas, os adolescentes e sociedade sofre as consequências: gravidez precoce, falta de cuidado com higienização do próprio corpo, doenças sexualmente transmissíveis e o abuso sexual, entre outras. O fato de não saber lidar com a própria sexualidade acaba gerando diversos conflitos e aflições.

Compreende-se que o educador precisa ter uma atitude positiva em relação a sexualidade, pois assim ele será capaz de transmitir com naturalidade as questões levantadas pelo educando, colaborando assim para uma relação mais sadia com sua própria sexualidade.

Percebe-se como a orientação sexual na escola contribui para o bem-estar das crianças, jovens, bem como para a sociedade. Constata-se que os adolescentes que têm uma educação sexual, são capazes de compreender melhor seu corpo, agindo com maior responsabilidade e auxiliando no enfrentamento de vários conflitos que podem ser gerados quando ela não é corretamente direcionada.

Para que a sexualidade seja tratada de uma forma benéfica e equilibrada, considera-se importante que tanto a família como a escola abordem a temática, dentro de seus alcances, de forma assertiva, estabelecendo um vínculo de confiança e naturalidade com algo que integra a formação holística do ser.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Cristina. **Sexo & Juventude: um programa educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – Brasília Ministério da educação (MEC) 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e cultura – MEC. **Orientação Sexual**. Secretaria de Educação liv. 102, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: 11 de março de 2020.

DRIVER, Rosalind. Construindo **conhecimento científico na sala de aula**. Disponível em: < <http://sbqensino.foco.fae.ufmg.br/uploads/541/aluno.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

FOUCAULT M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 7ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Graal; 1994.

GUIMARÃES, I. **Educação Sexual na escola: mito e realidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 1995.

JARDIM, Dulcilene Pereira, **Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP, 2006**. Disponível em: file:///C:/Users/miihy_ckbkj7/Documents/tcc/revista%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20a%20concepa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20professores.pdf>. Acessado em 05 de junho de 2020.

LÓPEZ, Félix; FUERTES, Antonio. **Para entender a sexualidade**. Edição Loyola, São Paulo, Brasil, 1992.

MAISTRO, VIRGINA IARA DE ANDRADE; OLIVEIRA, VERA LÚCIA BAHÍ. **Abordagem da educação sexual nas escolas - um projeto urgente**. Departamento de Biologia Geral Centro de Ciências Biológicas UEL, 2009. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2009/107.pdf>>. Acesso em 15 de março de 2020.

MANUS, John Mc. **Educação sexual para jovens: O que as escolas devem ensinar?** BBC News, 18 março 2015. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_educacao_sexual_mdb>.

Acesso em 17 de março de 2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação Sexual Além da Informação**. São Paulo: (EPU) Editora Pedagógica e Universitária LTA. 1990.

SAYÃO, Y. **Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários**. In: AQUINO, T. G. (org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-117.

VITIELLO, N.A **educação sexual necessária**. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 15-28, 1995.